

A CAPACIDADE DECISÓRIA DO CANDIDATO E DA LEGENDA NO PROCESSO DE REELEIÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS (2000-2012): UM PANORAMA GERAL

ELENICE DA SILVA CARDOZO¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP-UFPel) 1 - e-mail: elenicecardozo@terra.com.br

²Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP-UFPel) 2 - e-mail: albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta o panorama geral das eleições municipais brasileiras no período 2000-2012 no que tange às tentativas de reeleição do partido que elegeu o prefeito no pleito precedente. A pesquisa busca dimensionar o quanto a legenda consegue se manter no cargo, quando há ou não há *incumbent*¹ envolvido na disputa. Pondera-se que a possibilidade de o chefe do executivo nacional, estadual e municipal pleitear um segundo mandato consecutivo, a chamada reeleição imediata, foi introduzida no atual sistema político brasileiro por meio da Emenda Constitucional nº16, promulgada em quatro de junho de 1997.

Além de testar a capacidade do *incumbent* de se manter no cargo e, assim, agregar-se à discussão presente na literatura sobre o peso da titularidade nas tentativas de reeleição (JONES, 1996; BARRETO, 2009, 2014), a pesquisa pretende dialogar com a literatura que afirma que os partidos são institucionalmente fracos, têm pouca inserção nacional, apresentam-se excessivamente regionalizados (BRANBOR; CENEVIVA, 2012; MARENCO, 2013; MENDES, 2004, 2004a), possuem frágeis laços com a sociedade civil e a opinião pública, apresentam pouca clareza ideológica e graves limitações em termos programáticos.

2. METODOLOGIA

A investigação trabalha com a totalidade das eleições municipais brasileiras com a possibilidade da presença de *incumbent*, ou seja, os pleitos de 2000, 2004, 2008 e 2012, cujos dados estão disponíveis no site do TSE. A eleição de 1996, na qual foram escolhidos os prefeitos que primeiro puderam pleitear a reeleição, serve como parâmetro inicial. Promovido o levantamento no site do TSE e acessoriamente nos sites Terra e Uol, aproximadamente 22 mil eleições foram consideradas. Os resultados obtidos (reeleição ou não) são classificados segundo quatro situações passíveis de serem observadas conforme as regras institucionais do sistema político brasileiro.

- a) Partido e prefeito eleitos em um pleito concorrem unidos à reeleição, logo é a situação em que o partido está no poder e conta com o *incumbent*;
- b) Partido eleito em um pleito concorre à reeleição, mas o *incumbent* não participa da disputa, pois não se reapresentou ou já cumpriu o segundo mandato consecutivo e se tornou inelegível, logo, o partido está no poder, mas não conta com o *incumbent*;

¹ Em português não há um termo específico para indicar o titular do cargo apto a concorrer a um novo mandato subsequente, razão pela qual se optou por utilizar a palavra inglesa.

- c) Partido e prefeito eleitos em um pleito são competidores na tentativa de reeleição, logo é a situação em que o partido não está no poder e não conta com o *incumbent*, mas este participa do pleito;
- d) Partido eleito participa da eleição, o *incumbent* não, mas apresenta um candidato a sucedê-lo que não é o candidato do partido pelo qual se elegeu originalmente, logo, o partido não está no poder e a eleição não conta com o *incumbent*

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Resultado obtido no pleito seguinte pelo partido ao contar ou não com o *incumbent* (Brasil, 2000-2012), em percentual

Result.	Com <i>incumbent</i>					Sem <i>incumbent</i>				
	2000	2004	2008	2012	Total	2000	2004	2008	2012	Total
Vitória	59,6	58,4	69,1	57,7	61,6	41,9	43,3	44,6	42,9	43,3
Derrota	40,4	41,6	30,9	42,3	38,4	58,1	56,7	55,4	57,1	56,7
Total	(2.973)	(1.996)	(2.626)	(2.042)	(9.637)	(1.900)	(3.096)	(2.528)	(3.072)	(10.596)

Fonte: TSE

A tab. 1 traz o percentual de vitórias obtidas pelo partido em cada condição em que disputou o pleito. O fator *incumbent* parece ser claramente preponderante: quando o partido tem o candidato à reeleição obtém 61,6% de vitórias, índice que cai a 43,3% se não o possui. O cenário se repete em todos os pleitos do período: há sempre mais vitórias, quando o prefeito concorre à reeleição (com variação de 57,7% em 2012 a 69,1% em 2008), e sempre mais derrotas, quando ele não está presente no pleito (com variação de 58,1% em 2000 a 55,4% em 2008).

Tabela 2 – Resultado obtido no pleito seguinte pelo partido que elegeu o prefeito, conforme a situação em relação ao *incumbent* (Brasil, 2000-2012), em percentual

Resultado	Com <i>Incumbent</i>	Sem <i>incumbent</i>	Pleito sem <i>Incumbent</i>	Dissociam-se
Vitória	61,6	43,3	44,6	33,5
Derrota	38,4	56,7	55,4	66,5
Total	(9.637)	(10.596)	(9.348)	(1.248)

Fonte: TSE

A tab. 2 mostra que o partido vence a maioria das disputas quando possui o *incumbent* (61,6%), como já foi visto. Em todas as demais situações, a legenda acumula mais derrotas do que vitórias: quando o partido não tem o *incumbent*, quando este não participa do pleito ou quando os destinos deles se separam, o índice de vitórias cai para menos da metade (43,4%, 44,6% e 33,5%, respectivamente). A pior situação para o partido, aquela em que ele menos consegue se reeleger, é quando ele enfrenta o prefeito que busca a reeleição imediata (sucesso de 33,5%).

4. CONCLUSÕES

O trabalho, ainda em andamento, coletou e analisou dados relativos às decisões e aos resultados obtidos pelos partidos na tentativa de vencer nas urnas após ter elegido o prefeito no pleito anterior, nas quatro disputas de âmbito municipal já realizadas no Brasil, em um total de 21.980 eleições observadas. Ponderou diversas situações: o quadro geral, os pleitos em que há e em que não há *incumbent*, e aqueles em que o partido conta ou não com o prefeito que busca a reeleição, em suas diversas possibilidades (o chefe do executivo não podia concorrer; não concorre; troca de legenda e rompe com aquela pela qual se elegeu; houve a substituição do titular e o sucessor pertence a outro partido).

O resultado geral aponta para o peso decisivo do *incumbent* para o sucesso do partido, a revelar o quanto as legendas dependem dos candidatos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, A. Reelection para o executivo municipal no Brasil (2000-2008). **Revista Debates**, Porto Alegre, 3 (2), jul.-dez. 2009, p.97-115.
- BARRETO, A. Destinos cruzados: partidos e candidatos nas eleições para Prefeito no Brasil e Intendente no Uruguai (2000-2012). **Revista Debates**, Porto Alegre, 8 (1), jan.-abr. 2014, p.105-125.
- BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Reelection e continuidade nos municípios brasileiros. **Novos Estudos**, São Paulo, (93), jul. 2012, p.9-21.
- COSTA, M. M. de A. **Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos**. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público). Universidade de Brasília, 2006.
- DELIBERADOR, G. S.; KOMATA, N. B. Reelection nas eleições municipais de 2008. In: CAGGIANO, Monica Herman Salem (Org.). **Comportamento Eleitoral**. Barueri: Manole, 2010, p.63-90.
- JONES, M. Electoral laws and the effective number of candidates in presidential elections. **The Journal of Politics**. University of Texas Press, v.61, n.1, feb. 1999.
- MARENCO, A. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, 19 (1), jun. 2013, p.1-20.
- MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. O Que reelege um prefeito? **Textos para discussão**. Brasília: Senado (4), abr. 2004.
- MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. Reelection sob informação imperfeita: evidência para os municípios brasileiros. **Texto para discussão**. Brasília: Departamento de Economia/UnB, (313), jun. 2004a.